



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO  
**540/2022**

Senhora Presidenta,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Senhor José Mauro Gomes, Subsecretário Municipal de Fiscalização, pedido de informações sobre a ação de fiscalização da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), realizada no dia 22 de março de 2022, que resultou no recolhimento de materiais de catadores de material reciclável em terreno localizado ao lado da Unidade de Recebimentos de Pequeno Volumes (URPV), na Avenida Tereza Cristina, e utilizado por moradores da Vila Esperança.

O Jornal o Tempo<sup>1</sup> noticiou, no dia 24 de março de 2022, que a PBH recolheu o material de catadores de material recicláveis, pessoas em situação de rua, e aplicou multa de R\$5.000,00 (cinco mil reais). Na reportagem destaca-se o relato de Rosângela Valério, de 49 anos, que afirma o seguinte: *“O nosso ganha-pão é esse aqui mesmo. A fiscalização veio aqui e tirou nosso ganha pão. Falaram que iriam levar madeira, telhas, coisas assim. Mas não levaram nada disso. Pegaram tudo aquilo que já estava organizado, separado, pronto para ser vendido”*.

Frisa-se que a atividade dos catadores de material reciclável está consolidada na Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei Federal 12.350/2010, e pode ser considerada uma medida afirmativa de política pública destinada a enfrentar a discriminação estrutural que sofre o grupo social vulnerável de catadores de materiais recicláveis. O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Belo Horizonte (PMGIRS-BH) prevê a inclusão e o fortalecimento da organização de catadores, com ampliação do número de pessoas com acesso a

<sup>1</sup> PBH aplica multa de R\$5mil reais e recolhe material de catadores. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/pbh-aplica-multa-de-r-5mil-reais-e-recolhe-material-de-catadores-1.2640830>. Acesso em: 31 de março de 2022.

essa fonte de renda, visando à erradicação da pobreza e miséria da população brasileira.

Em decorrência de tais fatos, com vistas ao acompanhamento dos direitos urbanos dessas pessoas em situação de vulnerabilidade, requer que sejam encaminhadas as seguintes informações:

1. Qual o fundamento fático da referida ação?
2. Quais os fundamentos jurídicos para a referida ação e quais dispositivos da legislação urbanística e ambiental foram observados?
3. De quem emanou a ordem para tal ação?
4. Qual o número do procedimento administrativo que envolve os fatos narrados? Por oportuno, requer ainda cópia do processo em questão.
5. Qual a destinação dos bens apreendidos e como as famílias podem reaver os bens?

Belo Horizonte, 31 de março de 2022

ISABELLA GONCALVES  
MIRANDA:086202386  
63

Assinado de forma digital  
por ISABELLA GONCALVES  
MIRANDA:08620238663  
Dados: 2022.04.13 11:27:20  
-03'00'

**Vereadora Bella Gonçalves**

À Senhora

Vereadora Bella Gonçalves

Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

|                          |  |
|--------------------------|--|
| Data de verificação      | 13/04/2022 11:42:32 BRT  |
| Versão do software       | 2.8.1  |
| Nome do arquivo          | Pedido de Informações Catadores.pdf                              |
| Resumo SHA256 do arquivo | 423df83b0848dc07c26f525840f4170ed9a8df0aa9f2cc886763a607efaaed23 |

▼ Assinatura por CN=ISABELLA GONCALVES MIRANDA:\*\*\*202386\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| Status da assinatura             | Aprovado                                  |
| Caminho de certificação          | Aprovado                                  |
| Estrutura da assinatura          | Em conformidade com o padrão              |
| Cifra assimétrica                | Aprovada                                  |
| Resumo criptográfico             | Correto                                   |
| Atributos obrigatórios/opcionais | Aprovados                                 |
| Certificados necessários         | Nenhum certificado é necessário           |
| Mensagem de alerta               | Atualizações incrementais não verificadas |

► Caminho de certificação

► Atributos

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:  
13 108 122  
200  
Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOSModo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

**541/2022**

Senhora Presidenta,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, a Senhora Maíra Pinto Colares, Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, pedido de informações sobre os serviços prestados no Centro de Referência da População de Rua / Centro Pop Leste, localizado na Rua Conselheiro Rocha, 351 - Floresta.

Em reunião no Fórum da Pop Rua, fomos informados que após o encerramento das atividades do Canto da Rua Emergencial, a média de atendimentos do Centro Pop Leste dobrou, passando de cerca de 300 para 600 pessoas/dia, mas o número da equipe não alterou seguindo insuficiente para atender as demandas dos usuários. Além disso, a unidade de acolhimento Tia Branca funciona no mesmo local do Centro Pop limitando o espaço para ampliação do acesso a guarda de pertences, de higiene pessoal, de lavanderia, de alimentação e provisão do trabalho social essencial ao serviço.

Dessa forma, com vistas ao acompanhamento dos direitos de segurança de acolhida, segurança de convívio familiar, comunitário, social e segurança de desenvolvimento de autonomia conforme tipificação dos serviços socioassistenciais, requer que sejam encaminhadas as seguintes informações:

1. Qual o número de funcionários do equipamento? Especificar por função.
2. Há espaço adequado para a realização de atividades coletivas e/ou comunitárias? Quais são as ações ofertadas e com qual frequência acontecem?
3. Qual o número de pessoas atendidas por dia? Quais são as principais demandas dos usuários? E quais encaminhamentos são realizados? Especificar quantidade.

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 13.04.22  
HORA: 11.05.09



4. Especificar o valor mensal do recurso financeiro destinado a entidade executora do equipamento e destinação dos gastos .
5. As mulheres têm acesso a absorvente? Quais ações integradas com as políticas de saúde da mulher?
6. Qual a previsão para desativar a unidade de acolhimento Tia Branca e transferir os acolhidos para unidades menores conforme proposta anunciada pela PBH no início de 2021?
7. O GT de reordenamento dos serviços socioassistenciais para a população em situação de rua de Belo Horizonte, criado pela portaria SMAAS nº003/201 elaborou parâmetros para a regulação dos serviços socioassistenciais de proteção social para a população em situação de rua e plano de reordenamento desses serviços. O plano de reordenamento foi aprovado? Foi publicado? Está em fase de implementação?

Belo Horizonte, 12 de abril de 2022.

ISABELLA GONCALVES

MIRANDA:086202386

63

Assinado de forma digital  
por ISABELLA GONCALVES

MIRANDA:08620238663

Dados: 2022.04.13 10:45:28  
-03'00'

**Vereadora Bella Gonçalves**

À Senhora

Vereadora Bella Gonçalves

Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor



[INÍCIO](#)   [TERMOS DE USO](#)   [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a [MP 2.200-2/2001](#)

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| <b>Data de verificação</b>      | 13/04/2022 11:06:49<br>BRT   |
| <b>Versão do software</b>       | 2.8.1  |
| <b>Nome do arquivo</b>          | Pedido de informação<br>Centro Pop.pdf<br>4599cfedfabd166aa123<br>c24c08e3674deb83265f |
| <b>Resumo SHA256 do arquivo</b> | 3f7b89c92a415e602dd3<br>575e   |

▼ Assinatura por CN=ISABELLA GONCALVES  
MIRANDA:\*\*\*202386\*\*, OU=Certificado PF A3,  
OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI  
Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

|   |                                     |
|---|-------------------------------------|
| <b>Status da assinatura</b>             | Aprovado                            |
| <b>Caminho de certificação</b>          | Aprovado<br>Em                      |
| <b>Estrutura da assinatura</b>          | conformidade<br>com o padrão        |
| <b>Cifra assimétrica</b>                | Aprovado                            |
| <b>Resumo criptográfico</b>             | Correto                             |
| <b>Atributos obrigatórios/opcionais</b> | Aprovados                           |
| <b>Certificados necessários</b>         | Nenhum<br>certificado<br>necessário |

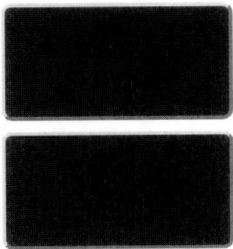
Modo escuro ☐

Mensagem de alerta

Atualizações  
incrementais  
não verificadas

- ▶ Caminho de certificação
- ▶ Atributos

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:  
13 108 122  
huf 600  
Responsável pela distribuição



Modo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

F 549/2022

Senhora Presidenta,

Requeiro a esta Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, na forma do artigo 48, I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), seja encaminhado, por meio da Mesa, ofícios com o presente requerimento anexado, dirigido ao Exmo. Dr. Wauner Batista Ferreira Machado, Juiz da 3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte, ao Exmo. Dr. Gilson Soares Lemes, Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, ao Exmo. Dr. Leonardo Duque Barbabela, Promotor de Justiça da 17ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Capital, à Exma. Dra. Luciana Ribeiro da Fonseca, Promotora de Justiça da 16ª Promotoria de Justiça de Defesa de Habitação e Urbanismo da Capital, ao Exmo. Dr. Jarbas Soares Júnior, Procurador Geral de Justiça, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito de Belo Horizonte, ao Dr. Caio Perona, Subprocurador-Geral do Contencioso da Procuradoria Geral do Município, ao Dr. Marcos Amaral Castro, Procurador Geral Legislativo, a respeito dos graves danos ao direito humano social e do consumidor ao transporte público decorrentes do eventual aumento da tarifa do transporte coletivo por ônibus no Município.

### I - RELATÓRIO

Tramita perante a 3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte o mandado de segurança nº 5015234-56.2022.8.13.0024, impetrado pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte (SETRA) e pelos Consórcios concessionários dos serviços de transporte coletivo de passageiros por ônibus no Município de Belo Horizonte, em face do Prefeito e do Município de Belo Horizonte. No dia 05/04/2021 foi proferida decisão nos autos, onde consta que os impetrantes “requerem em sede liminar que seja determinado à autoridade coatora a instauração dos procedimentos necessários e prossiga com a imediata homologação do reajuste anual obrigatória



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

da tarifa do serviço público de transporte coletivo por ônibus de Belo Horizonte; ao final, requerem a confirmação da liminar para que seja reconhecido o direito subjetivo dos impetrantes ao reajuste obrigatório anual”. Na decisão o Juízo deferiu “parcialmente o pedido liminar para determinar que sejam instaurados os procedimentos necessários com a consequente homologação do reajuste anual obrigatório da tarifa do serviço público de transporte coletivo por ônibus de Belo Horizonte, consoante as regras expressas nas cláusulas 11.3, 11.3.1 e 11.4, sob pena de multa diária no importe de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais), limitada a trinta dias-multa”.

Compete a esta Comissão as matérias atinentes aos Direitos Humanos, dentre as quais os assuntos atinentes aos direitos e garantias fundamentais e à cidadania, bem como à Defesa do Consumidor, dentre as quais matéria referente à defesa do consumidor; a comercialização de bens e prestação de serviços e a articulação com órgãos públicos e entidades civis que, direta ou indiretamente, atuam no campo da defesa do consumidor (art. 52, VIII, ‘a’, ‘g’, ‘h’ e ‘i’, do Regimento Interno). Nesse sentido, é de competência desta Comissão a matéria referente ao direito social e do consumidor ao transporte coletivo, que tem caráter essencial (art. 6º e art. 30, V, CR/88).

Diante disso, com a devida *vênia* e considerando o princípio da independência e harmonia entre os Poderes e a colaboração institucional para a efetivação dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, notadamente a cidadania e a dignidade da pessoa humana, bem como dos fundamentos da República, notadamente de construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e promover o bem de todos (art. 1º, 2º e 3º da CR/88), por meio deste ofício, apresenta-se elementos de fato e de direito que impactam no objeto do mandado de segurança e das ações conexas ou correlatas.

### **II - DOS FUNDAMENTOS**

Consta no relatório da decisão que as concessionárias do serviço público alegam que “fica claro o incontestável descumprimento dos dispositivos editalícios e contratuais” em razão da ausência de reajuste tarifário. Ocorre que tal



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

alegação desconsidera um conjunto de fatos com profunda relevância jurídica para o objeto da demanda.

### II.1 - Das irregularidades por parte das concessionárias

No ano de 2021 esta Câmara Municipal instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as irregularidades na concessão e prestação dos serviços de transporte público e desvelou irregularidades de extrema gravidade<sup>1</sup>, que há muito já eram denunciadas pelos movimentos sociais de luta pelo direito à mobilidade urbana.

A CPI comprovou que a concorrência pública 131/2008, que levou ao atual contrato de concessão, foi fraudada a partir do conluio e da associação criminosa entre os supostos concorrentes, que agiram como um cartel para que todos saíssem ganhando sem efetiva concorrência. Tais elementos já evidenciam a **nulidade** do contrato de concessão, uma vez que possui vício de origem em decorrência da fraude<sup>2</sup>.

Ademais, também restaram comprovadas diversas irregularidades e reiterados descumprimentos das normas legais e contratuais na prestação do serviço público, deixando nítido que, além da nulidade, também ocorreu a **caducidade** do contrato<sup>3</sup>. Dentre as irregularidades pode-se destacar:

- **Fundo Garantidor de Equilíbrio Econômico-Financeiro (FGE)**: Fundo contratual destinado a manter o equilíbrio econômico-financeiro, que deveria ser alimentado com 1% (um por cento) do valor da receita bruta das empresas, mas foi comprovada a utilização indevida de recursos que compõem os **R\$ 116 milhões** já depositados e admitido o não pagamento de mais de **R\$ 10 milhões** apropriados pelas empresas;
- **Seguro Garantia**: seguro destinado para assegurar o pagamento de multas e eventuais indenizações contratuais, a ser composto por percentual da receita bruta das empresas, mas é admitido que há uma defasagem de cobertura de cerca de **R\$ 35 milhões**;

<sup>1</sup> O relatório final da CPI pode ser acessado no site da Câmara Municipal pelo seguinte link: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/requerimento/145/2021>

<sup>2</sup> Os elementos de nulidade constam especialmente no capítulo 7 do relatório final da CPI.

<sup>3</sup> Os elementos de caducidade constam especialmente no capítulo 6 do relatório final da CPI.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- **Isenções tributárias:** Nos anos de 2013 e 2014 as empresas foram isentas do pagamento do Imposto sobre Serviços - **ISS** e do Custo de Gerenciamento Operacional - **CGO** (contribuição contratual para cobertura dos custos administrativos e operacionais associados à fiscalização e regulação dos serviços), ambos da ordem de 2% das receitas. Apesar de o suposto fundamento das isenções ser a redução das tarifas, houve uma redução inicial de R\$ 0,10 e consecutivos aumentos, passando de R\$ 2,65 a R\$ 3,7, ou seja, com reajustes sucessivos que, em 2 (dois) anos levaram a um aumento percentual 10 (dez vezes) maior do que a redução, com apropriação indevida de mais de **R\$ 300 milhões** decorrentes das isenções pelas empresas junto com o aumento das passagens (uma vez verificada a questão, foi tratada pelo Projeto de Lei 197/2021);
- **Dívidas com a União:** apesar de empresas que têm dívidas com o Poder Público não poderem firmar contratos públicos, apenas o grupo econômico Turilessa/Saritur, que integra o Consórcio Pampulha e opera a região de Venda Nova/Pampulha, deve mais de **R\$ 900 milhões** à União (uma vez verificada a questão, foi tratada pelo Projeto de Lei 198/2021, convertido na Lei 11.329/2021);
- **Ausência dos agentes de bordo:** apesar de exigido por lei e por contrato, as empresas têm retirado os agentes de bordo, o que Cêlio Bouzada, ex-presidente da BHTRANS, afirma que foi “retaliação” pelo não aumento das passagens. Com isso, acarretando perda de empregos e em prejuízo da segurança dos usuários, em 2 (dois) anos, as empresas auferiram mais de **R\$ 200.000,00** com a retirada ilegal dos agentes de bordo;
- **Redução de frota:** quando da concessão dos serviços, a frota de ônibus na cidade era de 3048 ônibus, o que vem sendo reduzido paulatinamente ao longo dos anos. Quando se compara a frota entre 2019 e 2021, resta evidenciada a redução para 2.853 ônibus em períodos de normalidade e para 2.396 no período de pandemia. As investigações também demonstraram que em dados percentuais, no período pandêmico, as viagens realizadas foram reduzidas em mais do que o dobro da redução de passageiros;



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- **Multas administrativas:** apesar de as multas serem aplicadas por descumprimento dos normas que regulamentam os serviços, visando modificar a conduta das empresas e garantia a qualidade do transporte, ficou registra o não pagamento de pelo menos **R\$ 35 milhões**;
- **Créditos vencidos:** foi apurado que as empresas se apropriaram de **R\$ 126.383.602,00** decorrentes de créditos vencidos, ou seja, apropriados do próprio usuário;
- **Sistema Mídia Ônibus:** foi demonstrado que as empresas auferidos **R\$ 72.881.082** decorrentes da exploração do Sistema Mídia Ônibus, sem a licitação exigida;

As apurações demonstraram, portanto, que o contrato é nulo e caduco e já levou até hoje a uma receita tarifária de mais de R\$ 12 bilhões, além de lucros indevidos na ordem também de bilhões de reais, tudo às custas da população que sofre com um serviço de péssima qualidade.

Merecem destaque, que o sistema sequer é auditável, na medida em que as empresas detém pleno controle de todas as informações, sem qualquer controle público, de forma que os dados são corrompidos na fonte, como ficou evidente a partir das investigações que revelaram **irregularidades na “auditoria” desenvolvida pela Maciel Consultores para fins de revisão tarifária**<sup>4</sup>.

Por fim, é importante mencionar que as investigações da CPI também analisaram questões relativas à forma de operação e controle dos serviços, restando consolidado no relatório final um tópico “do **problema da gestão privada da coisa pública**”<sup>5</sup>. Consta que “o modelo de concessão realizado, em formato que visava supostamente diminuir os riscos do Poder Público e transferi-los para a iniciativa privada, retirou também do ente estatal tarefas operacionais, prejudicando o manejo dos instrumentos de gestão e restando seu controle pela própria iniciativa privada que presta os serviços”, acarretando na “transferência às empresas não apenas da operação dos serviços em si, mas de toda a gestão econômica e financeira, com a perda de capacidade de aferir os custos do sistema e de controlar sua respectiva arrecadação e remuneração”. Quanto a este tópico, a CPI concluiu que “há ofensas

<sup>4</sup> Os elementos da “auditoria” constam especialmente no capítulo 8 do relatório final da CPI.

<sup>5</sup> Os elementos sobre o problema da gestão privada da coisa pública constam especialmente no item 6.10 do relatório final da CPI.





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

a princípios basilares da transparência, publicidade, impessoalidade e moralidade da gestão dos recursos tarifários decorrentes dos valores pagos pelos usuários e dos recursos não tarifários, decorrentes das atividades correlatas, ambas as fontes vinculadas ao serviço público essencial, prejudicando a população de Belo Horizonte”.

O Relatório da CPI foi remetido ao **Ministério Público** que, por meio do Ofício nº 06/2022 AE/PGJAJ, exarado pelo Procurador de Justiça no bojo do SEI 19.16.3857.0118408/2021-52, informou que os elementos do relatório “necessitam de maior aprofundamento pelo Ministério Público, ou seja, carecem de investigações detalhadas dos nossos Órgãos de execução correspondente”. Assim foi determinada a remessa dos autos ao Grupo Especial de Combate aos Crimes Praticados por Agentes Políticos Municipais, à 17ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Capital e à 16ª Promotoria de Justiça de Defesa de Habitação e Urbanismo da Capital.

Paralelamente aos trabalhos da CPI, as irregularidades também foram apuradas pelo **Ministério Público Estadual** e pelo **Ministério Público de Contas**, no bojo dos inquéritos civis MPMG 0024.18.016707-4, 0024.18.022013-9 e 0024.21.008903-3 e Inquérito Civil MPC 001.2019.066. As investigações dos órgãos ministeriais resultaram na propositura da **ação civil pública** nº 5140496-50.2021.8.13.0024, que tramita perante a 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte, pela qual requer que o Município apure causas ensejadoras de nulidade e de caducidade da concessão e retome os serviços mediante ocupação de todas as instalações e bens utilizados para garantir a continuidade dos serviços e promova uma nova licitação idônea.

Após a conclusão dos trabalhos da CPI, por meio da Portaria Conjunta SMOBI, SMPU, PGM, CTGM E BHTRANS Nº 013/2021, a **Prefeitura instituiu um Grupo de Trabalho** para apurar supostas irregularidades eventualmente ocorridas no processo licitatório Concorrência nº 131/2008 referente à concessão, pelo Município de Belo Horizonte, dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus nas Redes de Transportes e Serviços (RTS) e, ainda, nos contratos de concessão decorrentes desse certame.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Diante de todos esses fatos, resta evidente que todos os elementos de prova até o momento produzidos por diversos órgãos de controle e fiscalização demonstram a nulidade e caducidade dos contratos de concessão.

### **II.2 - DAS PROVIDÊNCIAS TOMADAS PELOS PODERES PÚBLICOS E DA PRESSÃO EXERCIDA PELAS CONCESSIONÁRIAS**

Mesmo diante do contexto acima narrado, que está sendo tratado nas vias próprias, o Município, pelo Poder Executivo e Legislativo, tem buscado formas de promover o aprimoramento dos serviços, visando garantir sua continuidade, qualidade e modicidade, o que evidentemente, deve ser acompanhado de mecanismos de controle. Consta no relatório da decisão que o SETRA e as concessionárias “apresentaram manifestação alegando que a saída que está em construção para evitar a aplicação do mecanismo contratual de reajuste anual que envolve a aprovação de projeto legislativo na Câmara Municipal se tornou algo absolutamente incerto; que meio à briga político, se encontram em situação desesperado sendo que por um lado, não estão contratualmente sendo remunerados, e que por outro, não possuem nenhum indicativo de que haverá consenso para que a situação seja resolvida antes do esgotamento financeiro do sistema”. Ocorre que as alegações devem ser ponderadas diante dos fatos ocorridos.

A decisão afirma que “o Projeto de Lei já fora devolvido pela Câmara Municipal por 2 (duas) vezes, o que gera verdade insegurança e incerteza de quando a situação será resolvido pelo Poder Executivo junto ao Poder Legislativo”. Ocorre que, embora anteriormente devolvido por fundamentos técnicas, o PL foi adequado, reapresentado e devidamente autuado sob o nº 299/2021 e já tramita na Câmara com a finalidade de autorizar o aporte de recursos para a modicidade tarifária no transporte público coletivo no montante de R\$ 163,5 milhões (cento e sessenta e três milhões e quinhentos mil reais). Ademais, foi anunciado o retorno dos trabalhos do Comitê de Repactuação do Contrato dos Ônibus e Reformulação de Tarifas do Transporte Coletivo de Belo Horizonte.

Não se olvide que, mesmo antes dessas providências, as concessionárias também já receberam anteriormente outros benefícios que configuram subsídios diretos ou indiretos para a operação dos serviços. Dentre



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

outras medidas, foi realizado o aporte de cerca de R\$ 220 milhões a título de adiantamento de vale transportes, autorizada a utilização de frota de ônibus mais antigos do que o contratado e repassados milhões de reais oriundos do Fundo Garantidor de Equilíbrio Econômico-Financeiro (FGE).

Mesmo com as medidas já tomadas e as que se encontram em curso de formulação, as concessionárias seguem retirando ônibus de circulação, operando com ônibus fechados e ar condicionado desligado, com greve investigada por *lockout*, com paralisação dos serviços, dentre outros atos de descumprimento do contrato e de precarização dos serviços. Os atos de descumprimento deliberado do contrato são justificados em razão de suposto “colapso financeiro”, mas ignoram as medidas de aporte já tomadas e as que se encontra em curso e, ao que tudo indica, visam reduzir custos para ampliação de lucros e pressionar o Poder Público para maiores aportes no tempo por elas exigido.

### II.3 - DA NECESSIDADE DE REVISÃO PARA FINS DE REAJUSTE

A decisão determinou o reajuste “consoante as regras expressas nas cláusulas 11.3, 11.3.1 e 11.4”. O conjunto normativo da cláusula, especialmente a 11.2, prevê que “A CONCESSIONÁRIA reconhece que **os valores tarifários constantes desta cláusula, em conjunto com as regras de reajuste e revisão** descritas no presente CONTRATO, são suficientes para a adequada remuneração dos SERVIÇOS, amortização dos seus investimentos e retorno econômico, na conformidade de suas PROPOSTAS, descabendo-lhe qualquer outra reivindicação perante o PODER CONCEDENTE”. O contrato, portanto, prevê a conjugação do reajuste, variação anual do valor da tarifa fruto da aplicação da fórmula, com a revisão, realizada a cada 4 (quatro) anos com o objetivo de repassar ao valor da tarifa os ganhos de produtividade obtidos pelas concessionárias.

A última revisão tarifária foi realizada em 2018, cercada por diversas irregularidades, conforme já tratado. Dessa forma, **deve ocorrer no corrente ano de 2022 uma nova revisão tarifária com a realização de uma efetiva auditoria dos serviços, visando aferir os seus custos efetivos**. Nesse sentido, entende-se temerário que se determine o reajuste da tarifa a despeito da sua revisão.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### II.4 - DA NECESSIDADE DE DECISÃO DEMOCRÁTICA COM PARTICIPAÇÃO DO PODER PÚBLICO E DA SOCIEDADE CIVIL

Dentre os direitos fundamentais se encontra o devido processo legal, pelo qual o processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil e, ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência (art. 5, LIV, CR/88; art. 1º e 8º, CPC/15). Nesse sentido, com a devida *vênia*, no sentido de colaborar com a efetivação do processo democrático, faz-se algumas ponderações.

A referida decisão que determinou que seja realizado o reajuste anual, foi tomada no bojo de um mandado de segurança. Ocorre que existe o receio de que os estreitos limites desta via processual sejam insuficientes para dirimir a questão, uma vez que, embora contratualmente prevista a fórmula paramétrica, a sua aplicação e verificação envolve aspectos regulatórios e econômicos que exigem especial conhecimento técnico, a ensejar perícia ou outros meios de prova não admitidos na via processual, o que pode prejudicar uma decisão de mérito justa e efetiva. A título de exemplo, cita-se o evento ocorrido em 2018, quando nos debates tarifários os especialistas do movimento Tarifa Zero constataram que a tarifa deveria ser R\$ 3,45, a “auditoria” da Maciel constatou R\$ 6,35 e o Poder Concedente R\$ 4,50, o que evidencia as controvérsias técnicas especializadas inerentes ao debate.

Ademais, dado todo o contexto, a questão não pode ser resolvida analisando-se tão somente a cláusula contratual, mas sim todo o conjunto de fatos e suas repercussões jurídicas que impactam na mensuração econômica da tarifa. Nesse sentido, cita-se o que bem assentou o Juízo da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte, nos autos da ação 5181533-57.2021.8.13.0024 também movida pelo SETRA e pela concessionárias para indeferir a liminar mesmo em ação ordinária:

No entanto, por se tratar de **questão permeada pela alta complexidade do sistema de custos do Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus em Belo Horizonte**, não restam dúvidas quanto à necessidade de se **ouvir as partes contrárias** acerca do alegado pelos autores, mesmo porque, em se tratando de procedimentos referentes ao reequilíbrio



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

econômico-financeiro e ao início da 3ª Revisão Tarifária, não bastam apenas as alegações daqueles, sendo imprescindível que sejam aquelas **confrontadas com os argumentos** do Município de Belo Horizonte e da BHTRANS e com a **análise dos dados** fornecidos com a inicial, não se olvidando o **ajuizamento de outras ações envolvendo as tarifas** de transporte público e a **CPI instalada na Câmara de Vereadores de Belo Horizonte** (grifos nossos).

Por fim, destaca-se, ainda, a necessidade de garantia do contraditório e ampla defesa, que exige a oitiva prévia das partes e dos demais interessados, como o Ministério Público que atua como fiscal da Lei, sem prejuízo de outras medidas de democratização processual.

### III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, entende-se que o objeto da demanda e das demais ações conexas ou correlatas não pode ser analisado de forma isolada de todo o contexto, o qual envolve um conjunto de fatos e procedimentos e processos concluídos ou em curso por parte dos diversos órgãos de controle e fiscalização a respeito da nulidade e caducidade dos contratos de concessão. Ademais, não se pode ignorar as medidas já tomadas e aquelas que se encontram em curso por parte dos Poderes Públicos com vistas a promover o aprimoramento e a garantia da continuidade, qualidade e modicidade dos serviços. Mesmo no que diz respeito à aplicação mais estrita das cláusulas contratuais, entende-se que estas devem ser interpretadas em seu conjunto normativo, de forma que, no ano de 2022, o reajuste deve ser aplicado conjuntamente com a revisão, a partir da realização de uma efetiva auditoria dos serviços, visando aferir os seus custos efetivos para a definição de uma tarifa justa. Por fim, entende-se que quaisquer decisões a serem tomadas sobre a matéria, exigem vias adequadas e providências de democratização para a participação dos órgãos competentes e da sociedade civil.

Conforme visto, embora o SETRA e as concessionárias afirmem que “fica claro o incontestável descumprimento dos dispositivos editalícios e contratuais” em razão da ausência de reajuste tarifário, o que a verdade dos fatos comprovados pelas investigações dos órgão de controle e fiscalização indicam é que são as concessionárias que não apenas fraudaram a licitação, mas também tem descumprido sistematicamente o contrato em seu favor. Visualiza-se uma



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

contradição na postura de descumprir o contrato ou exigir o seu cumprimento quando lhe convém e, mais ainda, no fato de que o descumprimento se dá em prejuízo da população e em prol da redução de custos e da maximização dos lucros enquanto o cumprimento objetivado visa também maximizar os lucros empresariais às custas dos usuários.

Fundamental notar que os mais prejudicados pelo reajuste da tarifa será a população mais pobre que utiliza o transporte coletivo e já arca com seus altos custos e tem como contrapartida um serviço de péssima qualidade, especialmente no período da crise econômica que ainda produz seus efeitos. O reajuste da tarifa gera, portanto, violação ao direito humano fundamental social ao transporte, bem como ao direito do consumidor a um serviço público de qualidade e com tarifas módicas.

Por todas essas razões, com a devida *vênia*, entende-se que a decisão, que a nosso ver foi tomada em razão da indução do Juízo a erro pela omissão das partes a respeito do conjunto de fatos que compõem o contexto da matéria, geram riscos de dano de grave ou difícil reparação para a população, com grave lesão à ordem à economia pública. Dessa forma, considerando que as decisões de tutela provisória podem ser revogadas ou modificadas a qualquer tempo, bem como ser revistas em sede de recurso ou de incidente processual adequados, entende-se necessário que sejam tomadas as providências necessárias para tanto, de forma a impedir o aumento da tarifa e a produção dos grandes danos daí decorrentes.

Por meio do presente ofício, dá-se ciência dos fatos narrados aos destinatários para que tomem conhecimento e possam tomar as providências que entenderem cabíveis para a garantia do direito humano social e do consumidor ao transporte público de qualidade e com tarifas módicas.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2022.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ISABELLA GONCALVES Assinado de forma digital por  
MIRANDA:0862023866 ISABELLA GONCALVES  
3 MIRANDA:08620238663  
Dados: 2022.04.13 14:37:35 -03'00'

**Vereadora Bella Gonçalves**

À Senhora

Vereadora Bella Gonçalves

Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor



[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

|                          |   |
|--------------------------|---|
| Data de verificação      | 13/04/2022 15:13:27 BRT   |
| Versão do software       | 2.8.1   |
| Nome do arquivo          | Req. Envio de Ofício - TJ -<br>Reajuste tarifário.docx<br>(1).pdf<br>f977eff2ce3294243688e515c2dfdc<br>63cf012b74d3e1b642b31d954eb611<br>82ba |
| Resumo SHA256 do arquivo |   |

▼ Assinatura por CN=ISABELLA GONCALVES

MIRANDA:\*\*\*202386\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial,  
OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil,  
C=BR

▼ Informações da assinatura

|                          |  |
|--------------------------|--|
| Status da assinatura     | Aprovado                                     |
| Caminho de certificação  | Aprovado                                     |
| Estrutura da assinatura  | Em conformidade com o<br>padrão              |
| Cifra assimétrica        | Aprovada                                     |
| Resumo criptográfico     | Correto                                      |
| Certificados necessários | Nenhum certificado é<br>necessário           |
| Mensagem de alerta       | Atualizações incrementais<br>não verificadas |

► Caminho de certificação

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:

13 1 9 1 22

1A 654  
Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## **Relatório de Visita Técnica à Ocupação Novo Paraíso e à Vila Novo Paraíso**

### **Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor**

Requeiro à Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, nos termos do artigo 48 do Regimento Interno, a votação do presente parecer na forma que segue abaixo.

#### **1. Apresentação**

A visita técnica se originou do **Requerimento de Comissão nº 42/2022**, de autoria da vereadora Bella Gonçalves, devidamente aprovado na 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor realizada no dia 07/02/2022. A finalidade central da visita foi averiguar as condições de vida na ocupação Novo Paraíso e da Vila Novo Paraíso, buscando soluções para sua melhoria. Para este fim, foram convidados os seguintes órgãos e instituições, por meio de seus representantes:

- Alexandre Kalil, Prefeito de Belo Horizonte (PBH);
- Claudius Vinícius Leite Pereira, Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora e

de Habitação de Belo Horizonte (URBEL);

- Maria Fernandes Caldas, Secretária Municipal de Política Urbana (SMPU);
- Leandro Moreira Garcia, Diretor-Presidente da Empresa de Informática e

Informação do Município de Belo Horizonte (PRODABEL);

- Coronel Genedempsey Bicalho Cruz, Superintendente de Limpeza Urbana (SLU);
- Ângela Dalben, Secretária Municipal de Educação (SEMED);
- Josué Valadão, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura (SMOBI);

O ponto de encontro foi marcado na Rua Padre Orlando Machado, nº 30 (praça), região oeste de Belo Horizonte/MG (foto abaixo)

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA. 11/04/2022  
HORA. 15:25:42



Imagem 1: participantes da visita técnica.

A visita ocorreu no dia 16 de fevereiro, às 14:00hs, estando presentes a Vereadora Bella Gonçalves e sua respectiva assessoria, representando a Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Karla Maria Vilas Marques da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL); Carlos Alexandre Fernandes da gerência de Limpeza Urbana da região oeste de Belo Horizonte da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU); Wesley César da Silveira, gerente de wi-fi em Vilas e Favelas da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte (PRODABEL); Rosemar Gea, Engenheiro, representando a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura; além de lideranças comunitárias e moradores da comunidade.

## 2. Relatório

A Ocupação Novo Paraíso<sup>1</sup> é uma comunidade consolidada há cerca de 10 (dez) anos localizada às margens do Anel Rodoviário, no bairro Palmeiras, na região oeste de Belo Horizonte. É um espaço construído por aproximadamente 350 (trezentos e cinquenta) famílias que buscam, através da atuação coletiva e organizada, a efetividade de seus direitos fundamentais, a partir da construção da moradia digna e da luta pelo direito à cidade consubstanciado no acesso aos serviços públicos como água, luz, saneamento, educação, saúde e transporte.

---

<sup>1</sup> Ver mais em “Ocupações Urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte”/Denise Morado Nascimento e Clarice Libânio (organização). Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2016.

Em 2014 os moradores enfrentaram tentativas de despejo forçado da área através de duas ações judiciais contra a ocupação propostas pela Construtora COWAN e pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Em dezembro de 2014 aconteceram mobilizações das famílias em campanha pelo “Despejo Zero” e “Por um Natal sem Despejos” (foto abaixo) que culminaram com a desistência das ações de reintegração de posse, extinguindo-se os processos possessórios e trazendo mais estabilidade da legítima posse das famílias.



Imagem 2: Ato Despejo Zero Ocupação Novo Paraíso. Dezembro de 2014.

A Vila Novo Paraíso é uma comunidade consolidada há cerca de 30 (trinta) anos, localizada na parte frontal da ocupação Novo Paraíso, e que compartilha relações de vizinhança tendo os dois territórios populares demandas comuns de acesso aos serviços públicos, além de terem conjugado o desenvolvimento da organização comunitária com a constituição de uma associação que atua em defesa dos direitos urbanos das centenas de moradores que habitam a região.

A Vila Novo Paraíso é reconhecida como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e a ocupação Novo Paraíso como Área Especial de Interesse Social (AEIS-2), ou seja, como área ocupada predominantemente por população de baixa renda e enquadrada nos critérios de atendimento da Política Municipal de Habitação e de interesse social para fins de regularização fundiária, conforme o novo Plano Diretor do Município de Belo Horizonte (Lei 11.181/2019).

## **2.1 Descrição da Visita Técnica**

Em conversa inicial no ponto de encontro marcado, depois percorrendo vias das comunidades e fazendo um fechamento com diálogo na praça local constatou-se que a ocupação possui redes de água e esgoto, mas reivindica asfaltamento de vias, instalação de mais lixeiras, acesso gratuito à internet, atribuição de Código de Endereçamento Postal (CEP), reforma do campo de futebol e uma escola infantil para atendimento das crianças.

A representante da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel) Karla Marques informou que a área está incluída entre as passíveis para realização de um Plano de Regularização Urbanística (PRU) a ser contratado e dependente de Edital de licitação. Não seria de imediato a sua realização, mas poderia acontecer no ano de 2023 sendo que o PRU seria o primeiro passo para planejamento e realização de intervenções de caráter mais estruturante na ocupação. Frisa-se que o mandato parlamentar da Vereadora que realizou a visita técnica aprovou no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), respectivamente, as emendas 47 e 112, aportando R\$ 600.000,00 (seiscentos mil) para a subação de “planos urbanísticos”, sendo R\$ 200.000 destinados “ao reforço das metas estabelecidas para realização do Plano de Regulação Urbanístico para o assentamento informal Novo Paraíso”. Assim, é necessário que, junto com a comunidade, sejam construídas soluções para a melhoria de suas condições de vida.

Ressalta-se que durante a tramitação do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) na Câmara Municipal de Belo Horizonte, lideranças comunitárias que constroem a Associação Novo Paraíso se organizaram para apresentar sugestões populares para viabilizar algumas de suas demandas. A Sugestão Popular nº 27 propôs o aporte de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil) para Implantação e Reforma de Infraestrutura Esportiva e de Lazer visando a requalificação do campo de futebol na comunidade, mas a Comissão de Orçamento rejeitou a sugestão ao argumento de que “conforme informado pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL), esse campo está localizado em área da CEMIG, o que inviabiliza investimentos públicos municipais”. A comunidade, por outro lado, alega que o campo existe há mais de 30 (trinta) anos desde o início da Vila Novo Paraíso sendo que a faixa de domínio da torre de transmissão de energia elétrica é de 8 (oito) metros, estando garantida a segurança dos esportistas. Adolescentes que utilizam o campo de futebol colocaram que o sonho deles é jogar bola e que querem um espaço bem melhorado para ter essa oportunidade de acesso ao esporte e lazer. Apontam que não tem sequer uma torneira para beber água ou banheiro para uso coletivo. Nesse sentido, reivindicou-se a necessidade de comparecimento da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL) em nova visita técnica a ser realizada

também com presença da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura a fim de melhor avaliar as possibilidades de reforma e estruturação do campo.



Imagem 3: Campo de Futebol. Ocupação Novo Paraíso. Fevereiro de 2022.

Também foi apresentada a Sugestão Popular nº 30, que propôs o aporte de R\$ 5.000.000,00 para construção de uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) na comunidade, mas a Comissão de Orçamento, por razões técnicas, rejeitou a sugestão como emenda e apresentou a proposta como Indicação ao Poder Executivo. Destaca-se que os obstáculos levantados poderiam ser sanados pela realização de convênios para cessão de área e remanejamento de recursos, considerando a necessidade de priorização dos assentamentos de interesse social, de maneira que o orçamento seja direcionado à população que mais precisa. Na visita técnica foi apontado pelos moradores que as crianças possuem dificuldades para o acesso às escolas e à EMEI da região, por se localizarem longe da comunidade sendo necessário implantar uma unidade educacional na região o que poderia ser feito em terreno público municipal localizado ao lado da ocupação Novo Paraíso.

O padrão da coleta de lixo conforme a SLU é acontecer três vezes por semana: terças, quintas e sábados. A visita técnica ocorreu numa quarta feira e mesmo um dia após a coleta de resíduos acontecer constatou-se que as lixeiras estavam abastecidas, com grande quantidade de lixo em seu entorno, como se vê na foto abaixo. Foi apontado pelo

representante da SLU, Carlos Alexandre Fernandes, da gerência de Limpeza Urbana da região oeste de Belo Horizonte, que o caminhão de coleta não tem acesso às ruas internas da ocupação Novo Paraíso por ausência de asfaltamento. Ele propôs que fosse realizada uma campanha educativa para conscientização comunitária sobre o tratamento com o lixo, além de verificar a possibilidade de instalação de mais uma lixeira no local.



Imagem 4: Lixeiras que atendem a ocupação Novo Paraíso e a Vila Novo Paraíso.

Foi relatado pelos moradores que a ocupação possui como referência apenas um CEP utilizando o registrado na Rua São Marcos. A representante da Urbel informou que na base da Prefeitura de Belo Horizonte já consta a descrição das ruas e que a PRODABEL poderia concluir esse processo de maneira a atribuir CEP aos diversos moradores. Ressalta-se que essa medida é essencial para facilitar o acesso de todos os moradores da comunidade aos serviços públicos, efetivar o direito a um endereço com comprovação oficial para diversas finalidades como poder receber correspondências.

A liderança comunitária Michelle Reis, apresentou que uma demanda imediata é o asfaltamento de ruas na comunidade. Em resposta, o representante da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, Rosemar Gea, afirmou como primeira medida de melhorias urbanas que poderia acontecer o asfaltamento da rua principal da ocupação Novo Paraíso (Rua 12 de outubro) com a necessária construção de estruturas de drenagem ao final da rua para escoamento das águas para sistemas localizados no Anel Rodoviário. Segundo o representante da SLU essa intervenção pode contribuir para a coleta de lixo porta a porta facilitando esse serviço urbano.



O Superintendente de Operação e Manutenção de Rede da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte (Prodabel) e gerente do Projeto de Inclusão Digital de Vilas e Favelas (PID), Wesley Cesar da Silveira, afirmou que será instalado de wi-fi gratuito na comunidade com previsão de instalação no segundo semestre deste ano já tendo ocorrido processo de licitação e o projeto já concluído. A instalação será feita na Vila Novo Paraíso, que já possui serviço de energia elétrica, sendo que os moradores reivindicaram a instalação de pontos de internet na Rua 12 de Outubro e na praça, beneficiando os moradores da ocupação.

### **3. Conclusão**

Diante de todo o exposto, entendemos que a Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor deve continuar acompanhando a situação de busca por acesso à direitos fundamentais de moradores da ocupação Novo Paraíso e da Vila Novo Paraíso, objetivando a melhoria das condições de vida dos moradores locais.

Para isso, propomos os seguintes encaminhamentos:

1. Envio deste relatório, por via de ofício, ao senhor Claudius Vinícius Leite Pereira, Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL) para que haja interlocução quanto à realização futura do Plano de Regulação Urbanística (PRU) da comunidade;
2. Envio deste relatório, por via de ofício, para o senhor Leandro Moreira Garcia, Diretor-Presidente da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte (PRODABEL) para que haja interlocução sobre o fechamento de mapas com CPE para a comunidade assim como sobre a instalação de internet wi-fi para beneficiar a comunidade.
3. Envio deste relatório, por via de ofício, ao senhor Genedempsey Bicalho Cruz, Superintendente de Limpeza Urbana (SLU) para que haja interlocução sobre a instalação de novas cestas de lixo na comunidade e monitoramento da campanha educativa com os moradores.
4. Envio deste relatório, por via de ofício, à senhora Ângela Dalben, Secretária Municipal de Educação (SEMED), e realização posterior de nova visita técnica com presença da referida secretaria para interlocução sobre a viabilidade de instalação de uma EMEI na comunidade Novo Paraíso.

5. Envio deste relatório, por via de ofício, ao senhor Elberto Furtado Júnior, Secretário Municipal de Esporte e Lazer (SMEL) para conhecimento do teor do presente relatório de visita técnica bem como sobre a realização de nova visita com presença do referido órgão, para verificação as demandas levantadas pelos moradores sobre as reivindicações de melhorias no campo de futebol da comunidade.

6. Envio deste relatório, por via de ofício, ao senhor Josué Valadão, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura (SMOBI), para interlocução sobre a obra para asfaltamento e drenagem da Rua 12 de outubro.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2022.

ISABELLA GONCALVES

MIRANDA:0862023866

3

Assinado de forma digital  
por ISABELLA GONCALVES  
MIRANDA:08620238663  
Dados: 2022.04.11 15:17:00  
-03'00'

**Vereadora Bella Gonçalves**



[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

|                          |   |
|--------------------------|---|
| Data de verificação      | 11/04/2022 15:33:59 BRT   |
| Versão do software       | 2.8.1   |
| Nome do arquivo          | Relatório Visita Técnica<br>Novo Paraíso 2022.pdf<br>f605dec185b8372006dbdd635861 |
| Resumo SHA256 do arquivo | 1b8b6da58de6d5db27f6f8e0de93<br>2501a3a6  |

▼ Assinatura por CN=ISABELLA GONCALVES  
MIRANDA:\*\*\*202386\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial,  
OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil,  
C=BR

▼ Informações da assinatura

|                          |   |
|--------------------------|---|
| Status da assinatura     | Aprovado                                  |
| Caminho de certificação  | Aprovado                                  |
| Estrutura da assinatura  | Em conformidade com o padrão              |
| Cifra assimétrica        | Aprovada                                  |
| Resumo criptográfico     | Correto                                   |
| Certificados necessários | Nenhum certificado é necessário           |
| Mensagem de alerta       | Atualizações incrementais não verificadas |

► Caminho de certificação

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

| Dirleg | Fl. |
|--------|-----|
|        |     |

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, IGUALDADE RACIAL E DEFESA DO CONSUMIDOR****PARECER EM PRIMEIRO TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 258/2022****Voto da Relatora****I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei 258/2022, de autoria do vereador Irlan Melo, altera o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte e dá outras providências.

A Comissão de Legislação e Justiça opinou pela Parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade com apresentação de emendas.

Na comissão de Comissão de Saúde e Saneamento houve perda de prazo da comissão.

Remetido à Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, tendo sido designada Relatora, na forma do art. 52, VIII, "f", passo à emissão de parecer sobre o projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto de lei dispõe que fica alterado o parágrafo único do Art. 153-A da Lei nº 8616, de 14 de julho de 2003.

É importante colocar que acessibilidade é de interesse desta comissão a fim de alcançarmos uma sociedade com equidade, apoio e entendimento das diferenças fomentando a garantia dos direitos fundamentais coletivos e individuais.

CMH DIRLEG-11/abr/22-13:44:51-005062-1



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

| Dirleg | Fl. |
|--------|-----|
|        |     |

O PL ora discutido faz as seguintes colocações

"Art 153-A — [...]

Parágrafo único — O licenciado poderá:

I - exercer a atividade de que trata esta Seção utilizando-se de mobiliário adequado que obedeça aos modelos e requisitos aprovados pelo Poder Executivo

II — participar, por intermédio das entidades de representação da atividade, das discussões para definição dos modelos e requisitos de mobiliários

III — portar o documento de licenciamento e apresentá-lo à fiscalização quando solicitado"

Ao analisar a redação do PL, bem como sua justificativa, considero nesse parecer a preocupação com pessoas com deficiência no exercício da atividade de comércio em logradouro público. Tal preocupação está manifesta na justificativa que transcrevemos abaixo:

153-A do supracitado código mostra-se restritivo e pouco próximo das necessidades da pessoa com deficiência. A título de exemplo, destaco que a norma vigente proíbe as pessoas de usarem equipamentos que muitas vezes são essenciais à sua locomoção ou à própria realização das atividades que elas desenvolvem. Ademais, busca-se, também, a participação dos licenciados, via entidades de representação, nas discussões sobre o mobiliário mais adequado ao exercício da atividade. Tal medida torna-se necessária haja vista as pessoas com deficiência serem os

**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

| Dirleg | Fl. |
|--------|-----|
|        |     |

maiores interessados e aqueles que sofrem com as limitações do atual regramento.

É necessário a participação das pessoas com deficiência na elaboração de leis e políticas públicas, portanto traduzi-las no código de postura da cidade de Belo Horizonte é coerente com o Estado Democrático de Direito bem como a Lei federal 13.146/2015 que legisla sobre a Inclusão de pessoas com deficiência.

**III – CONCLUSÃO**

Por todo o exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei 258/2022.

Belo Horizonte, 09 de abril de 2022

  
**Bella Gonçalves**

**Vereadora da Câmara Municipal de Belo Horizonte**



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### **DOCUMENTOS EM PAUTA NA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

### **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, IGUALDADE RACIAL E DEFESA DO CONSUMIDOR**

Em decorrência do alto volume de documentos vinculados ao Requerimento de Comissão 208/22, ambos na pauta dessa reunião, informo que poderão ser consultados diretamente no Portal da Câmara Municipal, <https://www.cmbh.mg.gov.br/>, na pesquisa de “Legislação e Proposições”.

Belo Horizonte, 13 de abril de 2022

  
Frederico Stéfano de Oliveira Arrieiro  
Diretor do Processo Legislativo



OF. SMGO/DALE N° 175 /2022

Belo Horizonte, 24/03/2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão n° 208/2022** – Vereador Nikolas Ferreira – encaminhado pelo ofício Dirleg n° 519/22, de 07/03/2022.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão n° 208/2022, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, que solicita informações acerca dos guardas municipais motoristas das viaturas do Município.

Consultada, a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção emitiu resposta por meio do ofício SMSP/SMGO-DALE n.º 057/2022, acompanhado de mídia digital - CD -, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

**Josué Costa Valadão**

Secretário Municipal de Governo em exercício

Excelentíssima Senhora  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereadora Nely Aquino**  
CAPITAL



**OFÍCIO SMSP/SMGO-DALE nº. 057/2022**

Belo Horizonte, 22 de março de 2022.

**Assunto:** Resposta ao TAG-GP nº 350024 – Requerimento de Comissão nº 208/2022.

Senhor Diretor,

**1) Em casos de abaloamento que envolvam as viaturas da Guarda Municipal, os custos para conserto do veículo são suportados pelo Guarda condutor ou pelo Município?**

Nos casos de ocorrências com viaturas, sejam elas locadas ou próprias, as análises são feitas pela Corregedoria da Guarda Civil Municipal, de acordo com o que determina a legislação vigente, Lei 9319/97. Os fatos são apurados por meio de Apuração Sumária, Sindicância ou PAD, dependendo da complexidade e resultam na emissão de parecer sobre a culpabilidade do servidor. Havendo culpa ou dolo, o servidor é acionado para realizar o ressarcimento do valor referente ao dano ao Município ou à empresa contratada. Para os casos de danos às viaturas locadas, em que não é indicada a culpabilidade do servidor, o Município arca com o ressarcimento, sem cobrança ao servidor envolvido.

**2) As viaturas utilizadas pela Guarda Municipal são de propriedade do Município ou são fornecidas por meio de contrato de aluguel? Caso seja por contrato de aluguel, favor nos enviar o nome da empresa e a íntegra do processo licitatório para contratação.**

A maior parte das viaturas é disponibilizada por meio de contrato de locação e alguns veículos são próprios, conforme tabela abaixo:

| VIATURAS DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE BH |  |                    |  |
|--|--|--------------------|--|
| CONTRATOS DE<br>LOCAÇÃO                  | EMPRESA  | CNPJ               | QUANTITATIVO DE VEÍCULOS   |
|  | Estrela Logística Eireli                             | 04.309.564/0001-61 | 85 veículos 4 rodas  |
|  | Locadora de Veículos Apolo Ltda - EPP                | 14.810.511/0001-83 | 75 motocicletas  |
|  | M&E Aluguel de Carros LTDA- EPP (gerido pela SUALOG) | 17.328.595/0001-01 | 02 vans (em utilização)<br>05 motocicletas (previsto no contrato, mas não utilizado) |
| VEÍCULOS PRÓPRIOS                        | -  | -                  | 01 Sprinter  |
|  | -  | -                  | 01 Ford Ranger   |
|  | -  | -                  | 06 Unidades Básicas de Segurança e Prevenção - USP                                   |

Ao Senhor  
**Felipe Prates Rozenberg**  
Diretoria de Acompanhamento Legislativo  
Secretaria Municipal de Governo - SMGO  
Capital



Encaminhamos, em arquivos anexos, a digitalização de parte do processo de contratação, que contém as informações da licitação, além do contrato e aditivos da Estrela Logística. Considerando que o processo é extenso, possui 05 volumes, o conteúdo completo está disponível na SMSP para vistas.

Com relação à contratação da Locadora de Veículos Apolo, encaminhamos o processo de contratação completo digitalizado.

No que diz respeito ao contrato da M&E, que é gerido pela SUALOG, não possuímos o processo completo, motivo pelo qual estamos enviando cópia do contrato e respectivos aditivos.

**3) As viaturas utilizadas pela Guarda Municipal detêm Seguro? Em caso positivo, qual a cobertura contratada? Favor nos enviar a apólice para nossa análise.**

Os veículos disponibilizados por meio de contrato de locação contam com seguro de acidentes pessoais para motoristas e passageiros (APP), com cobertura mínima de R\$40.000,00 (quarenta mil reais) por pessoa. Apólices anexas.

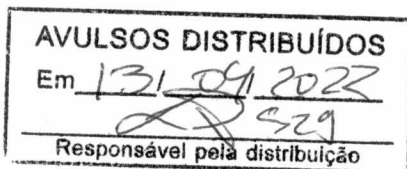
Atenciosamente,

GENILSON RIBEIRO  
ZEFERINO:27899470668

Assinado de forma digital  
por GENILSON RIBEIRO  
ZEFERINO:27899470668

**Genilson Ribeiro Zeferino - BM 114.508-6**

Secretário Municipal de Segurança e Prevenção – SMSP





**ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL**  
**Controle Social de Atos Públicos; Defesa da Legalidade,**  
**Educação e Garantias Individuais, Conforme a Lei.**

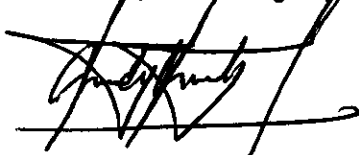
---

**Ilustríssimos Senhores Vereadora Presidente e Demais Membros da Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor da Câmara Municipal de Belo Horizonte/Minas Gerais.**

- Informação e oferta de cópia de petição com pleito social ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte referente decisão judicial, cumprimento de contrato e reajuste de tarifa de ônibus - cláusulas 11.1 (i a iv) c/c 11.3.1.

**Fernando Fernandes de Abreu**, regularmente qualificado na petição formalizada em 05/04/2022, tendo em conta a OPINIÃO SOCIAL CONTRA o Projeto de Lei 299-2022 e a decisão judicial noticiada pela imprensa na data supra, que determinou o cumprimento do contrato resultado da concorrência 131/2008-PBH para o reajuste das tarifas de ônibus do transporte público de Belo Horizonte, vem, respeitosamente, diante de Vs. Sas., INFORMAR QUE PETICIONOU POR PREVENÇÃO AO PREFEITO MUNICIPAL SOLICITANDO O CUMPRIMENTO DA DITA DECISÃO NA FORMA DE APURAÇÃO DA EVOLUÇÃO DA TARIFA INICIAL DE R\$ 2,10 E OUTRAS [SUBCLÁUSULA 11.1 (i a iv)] CONFORME A SUBCLÁUSULA 11.3.1 DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS EM DETRIMENTO DE QUAISQUER OUTRAS FORMAS, COM APRESENTAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO DEVIDA, E OFERECER CÓPIA PARA CONHECIMENTO DA COMISSÃO E O QUE SE ENTENDER CABÍVEL À SITUAÇÃO.

Belo Horizonte/MG, Brasil Legal (a se construir), 6 de Abril de 2022



**FERNANDO FERNANDES DE ABREU** (supraqualificado)

CHBH\_DIREG-06/abr/22-12:47:52-004955-1

# ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL

*Controle Social de Atos Públicos; Defesa da Legalidade,  
Educação e Garantias Individuais, Conforme a Lei.*

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE / MG.

PBH - Gabinete do Prefeito

Recebido como: *em mão*

Data: *06/04/2022*

Nome: *Raulo Faria*

BM *3134-2* Horário: *11:18*

FERNANDO FERNANDES DE ABREU, brasileiro, divorciado, eleitor regular com o título n°. 1739.9241.0124, quite com a justiça eleitoral, inscrito no CPF/MF sob o n°. 898.922.088-20 e com a identidade M-4.915.482-SSP/MG, domiciliado na Rua dos Goitacases, 1.596/601, Belo Hzte. / MG, membro da ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL, ONG inscrita no CNPJ/MF sob o n° 13.718.691/0001-05, controladora social de atos públicos na forma da lei, tendo em conta o noticiado na grande imprensa em 05/04/2022 o poder judiciário determinou o cumprimento do contrato resultado da licitação concorrência 131/2008-PBH referente a concessão dos serviços de transporte público para reajuste das tarifas (prenunciado pelo prefeito em entrevista de Tv), vem, **respeitosamente**, diante de V. Sa., com fulcro nos arts. 1°, II; parágrafo único; 5°, XXXIV, "a"; 6°, caput e 220 da Constituição Federal; Preâmbulo e art. 73, § 1°, III da Constituição Estadual/MG; arts. 2°, II e III; 4°, §§ 5° e 6°; 15; 82, § 2°, V; 85, parágrafo único I; 96; 110, VIII; 193; 196, VI e 197 §§ 1° a 3° da Lei Orgânica/BH, arts. 2°, parágrafo único, 3°, §§ 1° e 2° e 6°, VI e VII da lei 8.078/90 - CDC, legislação correlata e arrimo do próprio contrato (lei as entre partes), **ponderar E SOLICITAR** que tal cumprimento para reajustes das tarifas **seja na forma da apuração da evolução do valor de R\$ 2,10 e outros da subcláusula 11.1 (i / iv) conforme índices da "Formula Paramétrica" determinada pela subcláusula 11.3.1 dos contratos de concessão do referido serviço social em detrimento de qualquer outra forma ou maneira, para garantia da legalidade e da tarifa módica que é previsão legal e contratual e direito da comunidade sonegado há tempos.**

É que especialmente os reajustes de tarifas formalizados através das Portarias BHTRANS DPR 135/2016 e 168/2018 e as anteriores foram estabelecidos de forma apenas combinada entre agentes públicos/políticos e o empresariado, a margem do contratado, da fórmula paramétrica subcláusula 11.3.1 dos contratos resultando a tarifa ilegal / imoral e extracontrato de R\$ 4,50, superfaturada e excessivamente onerosa, extorsiva e maculada de sobrepreço, sobrelucro e subtração de dinheiro da comunidade.

**Registro Civil de Pessoa Jurídica N° 128113 - CNPJ N° 13.718.691/0001-05**  
**Rua Josias Cassimiro, 352- [brasillegal.legal@yahoo.com.br](mailto:brasillegal.legal@yahoo.com.br) - Tel. 31 985539828**  
**CORRESPONDÊNCIA PARA A RUA DOS GOITACAZES 1596, CJ. 601 - BELO HORIZONTE/MG**

**ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL**  
**Controle Social de Atos Públicos; Defesa da Legalidade,**  
**Educação e Garantias Individuais, Conforme a Lei.**

---

Detalha-se que a tarifa de ônibus de Belo Horizonte em 2008 no início da operação, cláusula 11.1 (i) dos contratos era R\$ 2,10, significando o valor de R\$ 4,50 em R\$ 2019/22, **114,29 % de evolução**, => 27,4 % a mais que São Paulo onde a tarifa 2008 era R\$ 2,30 e atingiu R\$ 4,30 em 2019 e R\$ 4,40 em 2020/21 (2022) implicando aumento de 86,89 % e => 30,19 % a mais que no Rio de Janeiro onde a tarifa 2008 era R\$ 2,20 e atingiu R\$ 4,05 em 2019/2021 (2022) implicando aumento fluminense de 84,10%.


Ademais, completa-se, a tarifa em BH era de R\$ 3,70 **até 31/12/2016** significando o valor atual de R\$ 4,50 aumento de 21,63 % durante o "Governo pra que precisa (lucrar mais)"; era de R\$ 3,80 em São Paulo significando o valor de R\$ 4,30 em 2020 aumentou 13,30 % e o valor de R\$ 4,40 em 2021/2022 2,33 % de aumento (perfazendo 15,66 %) e era R\$ 3,80 no Rio de Janeiro significando o valor atual de R\$ 4,05 aumento 6,58 %, **ou seja, Belo Horizonte, aumento de 5,97% e 15,95% a mais.**

Alerta-se, que a tarifa de R\$ 2,10 em 2008 aqui em Belo Horizonte (subcláusula 11.1 (i) dos contratos), reajustada no percentual de São Paulo (86,89 %) **resulta R\$ 3,92** e reajustada no percentual do Rio de Janeiro (84,10 %) **resulta R\$ 3,85**, e de R\$ 3,70 em 31/12/2016 reajustada nos percentuais praticados nas referidas capitais (São Paulo e Rio de Janeiro) **resulta respectivamente R\$ 4,28 e R\$ 3,94** atualmente.

As tarifas de ônibus urbano em São Paulo e Rio de Janeiro continuam as mesmas, (R\$ 4,40 e R\$ 4,05) não foram reajustadas, portanto, sendo de se parametrizar, caro gestor, que foi reajustada em Fortaleza, capital com área similar a Belo Horizonte e com população 10% superior passando (só agora) para R\$ 3,90, tendo ocorrido o mesmo no Recife onde houve aumento e a tarifa passou (só agora também) para R\$ 4,10.

Diga-se ainda, senhor prefeito, que em Salvador, capital com área 100 % maior que BH e população acima de 10% maior a tarifa continua de R\$ 4,40 havendo notícias de que em São Luis foi aumentada e igualmente só agora passou para R\$ 3,90, => chamando atenção a existência de empresários que operam lá em São Luis com tarifas de R\$ 3,70 e só agora R\$ 3,90, lucrando naturalmente, alegarem colapso cá (em BH) com tarifa de R\$ 4,50 e que, como no dito popular, "*tem carne debaixo do angu*".

Observamos que os índices estabelecidos pela subcláusula 11.3.1 dos contratos decorrentes da licitação concorrência 131/2008-PBH como referências para o reajuste das tarifas são os oficiais da FGV e compatíveis, pois, com outros, como INPC e



---

**Registro Civil de Pessoa Jurídica N° 128113 - CNPJ N° 13.718.691/0001-05**  
**Rua Josias Cassimiro, 352- [brasillegal.legal@yahoo.com.br](mailto:brasillegal.legal@yahoo.com.br) - Tel. 31 985539828**  
**CORRESPONDÊNCIA PARA A RUA DOS GOITACAZES 1596, CJ. 601- BELO HORIZONTE MG**

**ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL**  
**Controle Social de Atos Públicos; Defesa da Legalidade,**  
**Educação e Garantias Individuais, Conforme a Lei.**

---

IPCA, Etc., que utilizados para a evolução da tarifa de R\$ 2,10 em 2008 [subcláusula 11.1 (i)] resultaram valor menor que os R\$ 4,50 praticados a partir de 2020 proporcionando inferir que a “*Fórmula Paramétrica*” determinada para reajustar tarifas resulte algo parecido e não maior desde antes senão o empresariado já tinha berrado inclusive.


É intrigante ao menos o contido na ata de reunião entre agentes públicos e empresários juntada ao projeto de lei 299-2002 de que “*Não será aplicada a fórmula paramétrica que conduziria ao aumento a tarifa de R\$ 4,50 (...) para R\$ 5,75 (...)*” e o alegado ao final do segundo parágrafo da *MENSAGEM* N°. 16 de que “*conforme o estabelecido pelas normas legais e contratuais aplicáveis, a tarifa deveria (...) ser reajusta podendo chegar a (...) R\$ 5,75...*”

É que não se aplicar a “*Fórmula Paramétrica*” implica atos extracontrato, marginal, ilegal, imoral e suspeito, jeitinho brasileiro / mineirinho, e afigura “apenas falácia” a alegação que “*conforme o estabelecido pelas normas legais e contratuais aplicáveis, a tarifa deveria (...) ser reajusta podendo chegar a (...) R\$ 5,75*”

A propósito, divulgação sem indicar fundamento de que em caso de não aprovação do projeto de lei 299/2022 a tarifa será de R\$ 5,75 revela a mesma tática utilizada quando se alardeou que a tarifa seria de R\$ 6,35 para instituírem a de R\$ 4,50, mais cara, porém, que São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza e Manaus e com metade do custo menor e configura e intimidação da comunidade e do legislativo.

Alertante, ademais, é o registrado no item 4 da ata que “*o acordo será submetido a homologação judicial*” por tratar lá de acerto infringente às subcláusulas 11.2m 11.3.1 e 14.4, (i e xxxvii) dos contratos para homologação judicial, ato este que não aprecia o mérito e permite “*passar batido*” os ilícitos, (arts. 3º, § 3º; 139, V. 309, III e 485 VIII, CPC/15) e mostrar à sociedade, porém, a falsa ideia de apreciado e legal.

É insuportável São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e Manaus operar transporte público com tarifas menores, metade do custo MAIOR e *Orçamentos Per Capta*s MENORES (menos condição de subsidiar), o empresariado belo horizontino falar em colapso e retaliar e alguém acreditar, como se tem em BH, e nem se aplicar índices atuais de reajuste sobre a tarifa de R\$ 4,50 definida extracontrato a ponto de ser menor que São Paulo e Rio de Janeiro lá em 2008 e maior cá em 2020/21/22



---

**Registro Civil de Pessoa Jurídica N° 128113 - CNPJ N° 13.718.691/0001-05**  
**Rua Josias Cassimiro, 352- [brasillegal.legal@yahoo.com.br](mailto:brasillegal.legal@yahoo.com.br) - Tel. 31 985539828**  
**CORRESPONDÊNCIA PARA A RUA DOS GOITACAZES 1596, CJ. 601- BELO HORIZONTE MG**

**ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL**  
**Controle Social de Atos Públicos; Defesa da Legalidade,**  
**Educação e Garantias Individuais, Conforme a Lei.**

---

Além do pleito consignado no frontispício, pondera e solicita o peticionário e a ONG Brasil Legal também a criação de um comitê com constituição abrangente para discutir a mobilidade urbana incluindo fracionamento de linhas e de tarifas sugeridas ao prefeito municipal e com relação a subsídio do transporte público e ilustra por fim.

O Município de São Paulo subsidia o seu transporte público em 2022 com R\$ 3,5 bilhões de reais o que, considerado seu orçamento de R\$ 79,2 bilhões para uma população de 12,4 milhões de habitantes ("orçamento per capita" de R\$ 6.387,09) aponta o percentual de 4,419 % que aplicado em BH onde o orçamento 2022 é de R\$ 15,341 bilhões para população de 2,53 milhões de habitantes (orçamento per capita R\$ 6.063,63, 5,6 % menor que São Paulo e maior que as demais capitais) **resulta proporcionalmente R\$ 677,9 milhões** cuja metade daria para reduzir a tarifa para R\$ 3,80 / 4,00, diminuir os intervalos das viagens e acabar com a superlotação, que são necessidades do povo.

Conforme o § 3º da lei 12.587/12 "*A existência de diferença a menor entre o valor monetário da tarifa de remuneração da prestação do serviço de transporte público de passageiros e a tarifa pública cobrada do usuário denomina-se déficit ou SUBSÍDIO TARIFÁRIO*", estando o § 5º do mesmo artigo da norma a especificar como se concretiza o previsto desde o no art. 198, II, da Lei Orgânica, dependendo apenas da sensibilidade social e isenção dos agentes públicos.

Ademais, Municípios mineiros como Caeté, Campo Belo, Mariana, Monte Carmelo, Itatiaiuçu e Muzambinho e de outros Estados como Paranaguá, Itaporanga e Quatro Barras/PR; Caucaia e Euzébio/CE; Maricá, Volta Redonda e Silva Jardim/RJ e Bom Jesus de Pirapora, Cerquilha, Jaboticabal, Holambra e Vargem Grande Paulista/SP, com "**Orçamentos per Captas**" menores oferecem transporte gratuito (TARIFA ZERO) e outros das Gerais como Uberlândia, Uberaba, Montes Claros, Ipatinga, Patos e Pará de Minas, Passos, Pouso Alegre, Cláudio e Paracatu iguais a muitos e capitais Brasil afora com menos dinheiro isentam idosos a partir dos 60 anos **SENDO PARÂMETROS A MAIS** => ESTANDO BH NA CONTRAMÃO, POIS COBRA CARO, PAGA POUCO E NADA OFERECE.

Nesses Termos, pede deferimento e agilização e aguarda;  
Belo Horizonte/MG, Brasil Legal (a se construir), 6 de abril de 2022

  
FERNANDO FERNANDES DE ABREU

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

EM 12/4/22

467

Responsável pela distribuição



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Of. Dirleg nº 1.222/22

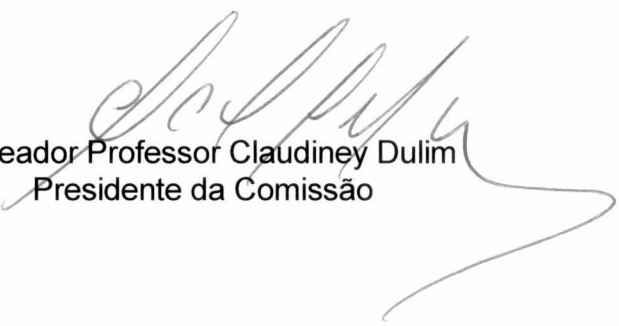
Belo Horizonte, 12 de abril de 2022

Senhora Vereadora,

A Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº 471/22, de autoria do vereador Professor Claudiney Dulim, convida a Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor para a **Audiência Pública que se realizará em 31/5/22, às 9h30min, no Plenário Camil Caram, localizado na Avenida dos Andradas, nº 3.100, Bairro Santa Efigênia**, para que seja feita a Prestação de Contas pelos poderes Executivo e Legislativo referente ao 1º quadrimestre de 2022.

Segue, anexa, cópia do Requerimento de Comissão nº 471/22.

Atenciosamente,

  
Vereador Professor Claudiney Dulim  
Presidente da Comissão

Excelentíssima Senhora  
Vereadora Bella Gonçalves  
Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor  
Câmara Municipal de Belo Horizonte